

# FOLHA BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região - CUT - Maio de 2021 - Nº 763

## ELEIÇÃO PARA FUNDAÇÃO ITAÚ; SINDICATO APOIA CHAPA 1

O Sindicato, juntamente com a Contraf-CUT, apoia a “**Chapa 1 – Fundação para todos, o futuro é nosso**” nas eleições da Fundação Itaú-Unibanco. A votação virtual ocorrerá entre os dias 5 e 13 de maio e vai definir os representantes dos participantes ativos, autopatrocinados, optantes pelo BPD e em fase de opção e dos participantes assistidos no Conselho Deliberativo, no Conselho Fiscal e nos Comitês de Planos. A posse dos eleitos será no dia 2 de agosto.

Caso o bancário ainda não tenha uma senha, pode pedir ajuda na Fundação para cadastrá-la, pelo telefone: 0800 770 2299 (demais localidades).

**A Chapa 1** - Fundação para todos, o futuro é nosso tem compromisso com a transparência na gestão dos planos, com a maior representatividade dos participantes nas tomadas de decisões e com melhorias nos planos.

### **A Chapa 1 é composta:**

Para o Conselho Deliberativo: Carlos Damirindo (diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo) e Mauri Sérgio (efetivos); e Erica Godoy e Kelly Fernanda, como suplentes.

**Para o Conselho Fiscal:** Onisio Paulo Machado e Liliane Oliveira (efetivos); e na suplência por Adriano Campos Rodrigues e Antonio Augusto B. de Borges.

Os candidatos aos Comitês de Gestão dos Planos da Chapa 1 são:

**Ativos:** Marcelo Abraão (PAC 3); José Ge-

raldo Martins (Prebeg); Maikon Azzi (Futuro Inteligente e Itaubank-Ativos); Marco Antonio Pereira (Itaubanco CD – Ativos); Denia Almeida (Itaulan, Franprev, outros); Antônio Guimarães de Oliveira, o Magaiver (Plano 002).

**Assistidos:** Maria Helena Francisco (Itaubanco CD); Roberto Alvez de Souza (Itaucard); Clarice Torquato (Futuro Inteligente); Carlos Gouveia, o Carlinhos (Pac).

Para a votação nos conselhos, o participante vota na chapa. Já para a eleição dos Comitês de Gestão de Planos, o voto é individual.

### **Veja as principais propostas da Chapa 1**

- Previdência para todos: queremos um fundo de pensão privado fechado para todos os funcionários que ainda não possuem um plano de previdência fechada.

- Para aproximadamente 21 mil participantes do plano Itaubanco CD, debater sobre a distribuição de saldo excedente em 2020 do fundo previdencial.

- Criar alternativas para os participantes do Franprev num modelo semelhante ao Itaubanco CD.

- Queremos que os participantes tenham direito a uma vaga na diretoria da Fundação.

- Queremos, no Futuro Inteligente, fazer revisão das condições atuais do plano, introduzindo o Benefício Mínimo e análise do valor da UP.

- Reabertura da migração do PAC para o Itaubanco CD.

- IJMS – mais transparência.

**MANTENHA-SE INFORMADO**  
**[www.bancariosprudente.org.br](http://www.bancariosprudente.org.br)**

# **BANCÁRIOS COBRAM PROTEÇÃO À SAÚDE E MELHORIAS NA PLR DO MERCANTIL DO BRASIL**



A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Banco Mercantil do Brasil (BMB) se reuniu com o banco para debater sobre os programas próprios de Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR), auxílio educacional e controle alternativo de jornada de trabalho e ponto eletrônico, além da adoção de protocolo de enfrentamento à Covid-19.

## **PLR**

Em relação ao programa próprio de PLR, os representantes dos trabalhadores, após análise minuciosa do documento, cobraram da direção do banco uma contraproposta que leve em conta a redução nas metas de lucro e despesas, o fim da compensação do programa próprio na PLR da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria e a adoção de mecanismos para incrementar os valores a serem recebidos pelos bancários com menores salários, uma vez que, na avaliação da representação dos trabalhadores, o programa do banco beneficia os altos salários.

Os representantes do Mercantil anotaram as observações e se prontificaram a levar à demanda para diretoria executiva do banco.

Para o coordenador da COE/BMB, Marco Aurélio Alves, os trabalhadores devem se preparar para o embate junto ao banco, para que o mesmo apresente propostas condizentes com o esforço e dedicação dos funcionários. “O programa próprio de PLR e demais acordos propostos têm que refletir o bom momento financeiro do banco em valores financeiros que satisfaçam os trabalhadores, que mesmo durante a pandemia, estão se desdobrando para o cumprimento das duras e pesadas metas impostas pelo banco. Não podemos admitir que o Mercantil frustrar seus funcionários com acordos rebaixados”, afirmou.

## **Enfrentamento à Covid-19**

A presidenta da Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro de Minas Gerais (Fetrafi/MG) e diretora executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (ContraFUT), Magaly Fagundes, cobrou garantias e proteção à vida dos bancários do Mercantil do Brasil. “Com agências lotadas em plena onda de Covid-19, por conta do nicho de atuação do banco, que é o pagamento de beneficiários do INSS, o Mercantil do Brasil tem a obrigação de nos apresentar um protocolo de segurança que proteja a vida dos seus funcionários e clientes”, disse. “O banco tem que ter a consciência que a vida vale mais do que o lucro” concluiu.

## **Outros pontos**

Não houve tempo para realizar o debate sobre o controle alternativo da jornada e o auxílio educacional, que devem ser debatidos na próxima reunião com o banco. No mesmo dia o banco deve trazer a resposta sobre as propostas referente à PLR e ao protocolo de segurança e saúde dos trabalhadores e clientes.

## **FGTS**

### **SINDICATO TEM AÇÃO COLETIVA DE CORREÇÃO DO FGTS PARA SINDICALIZADOS**

No próximo dia 13 de maio, foi pautado pelo Supremo Tribunal Federal o julgamento sobre a correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a chamada Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5.090). Atualmente, o fundo tem suas contas corrigidas pela taxa referencial (TR), mais o rendimento de 3% ao ano.

O julgamento analisará a substituição da TR por um índice que recomponha a inflação, como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), já que a TR apresenta defasagem desde 1999. Cabe lembrar que o STF já se posicionou no sentido de ser inconstitucional a utilização da TR para correção das dívidas trabalhistas, podendo adotar o mesmo entendimento para o FGTS.

# CONSULTA AO RESULTADO DA PROMOÇÃO POR MÉRITO DOS EMPREGADOS DA CAIXA ESTÁ DISPONÍVEL NOS SISTEMAS CORPORATIVOS



Os empregados da Caixa já podem consultar nos sistemas corporativos o resultado da Promoção por Mérito de 2020. A conquista do primeiro delta, promoção por progressão na carreira, está garantida para quem não tem impedimentos. O trabalhador pode verificar ainda se receberá o segundo, conforme previsão do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Cada delta representa um acréscimo de cerca de 2,34% no salário-padrão dos empregados.

A Promoção por Mérito de 2020 foi uma conquista importante para os empregados. Inicialmente, a direção da Caixa havia proposto a distribuição de um delta, e apenas aos empregados enquadrados como excepcional ou superior na Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP), enquanto os representantes dos empregados na Comissão, indicados pelas entidades, defendiam que fosse distribuído um delta a todos os empregados, em função do trabalho desenvolvido ao longo do ano, que garantiu o acesso da população aos programas sociais.

Depois de muitos debates, a Comissão Paritária formada por representantes dos empregados e da Caixa, em consenso, estabeleceu como critério que todos os empregados elegíveis (que não estivessem enquadrados nos impedimentos previstos pelo MN RH 176) receberiam um delta. Em caso de disponibilidade orçamentária, após essa distribuição, os melhores classificados na GDP 2020 receberiam o segundo delta.

O coordenador da representação dos empregados no GT, João Paulo Pierozan, lembra que as negociações começaram tarde, principalmente por

falta de agenda da Caixa para as reuniões com a Comissão Paritária e reforça a luta pela manutenção da Promoção por Mérito. “As negociações foram difíceis e começaram tardiamente, somente em dezembro de 2020, ano-base para aplicar os critérios que seriam negociados e finalizados somente em janeiro de 2021. O importante foi termos mantido a promoção por Mérito, uma grande conquista para os empregados. Em 1995 houve a interrupção do processo, imputando aos trabalhadores grandes prejuízos. O processo foi retomado somente em 2008, com regras claras, onde o empregado consegue vislumbrar a progressão de carreira no Plano de Cargos e Salários”, destacou o coordenador da representação dos empregados no GT, João Paulo Pierozan.

## Confira como ficou a distribuição do delta:

**1º delta: distribuição de 1 delta linear para todos os empregados Caixa elegíveis e que não possuem impedimentos em 2020, previstos no RH 176.**

Os empregados não devem apresentar as situações abaixo:

- Menos de 180 dias de efetivo exercício;
- Aplicação de penalidade de suspensão;
- Censura ética;
- Advertência, tendo recebido outra nos últimos 5 anos;
- Contrato de trabalho suspenso;
- Contrato de trabalho extinto;
- Faltas não justificadas.

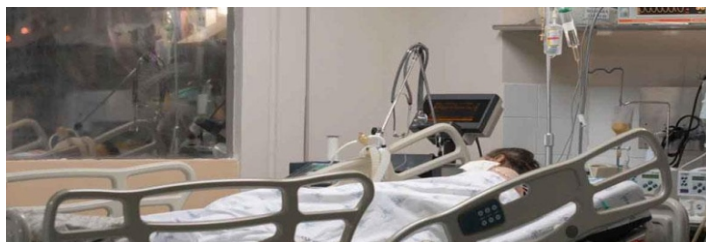
**2º delta: distribuído para os empregados Caixa, que estiverem enquadrados no resultado Excepcional, até o limite orçamentário.**

- Os critérios para desempate, caso necessário, serão:

- Maior nota no eixo Resultado;
- Maior nota no eixo Estilo;
- Maior nota no bloco Competências;
- Maior nota no bloco Capacitações;
- Maior tempo de Caixa;
- Maior Idade.



# NA PANDEMIA, SUS SALVA VIDAS. DONOS DE PLANOS DE SAÚDE ENRIQUECEM



Na recente lista de bilionários divulgada pela revista Forbes aparecem 65 brasileiros. Vinte destes alcançaram o status em 2020, durante a pandemia. Um deles é proprietário de planos de saúde. Outro é dono de rede de hospitais. Enquanto enfermeiros, médicos e profissionais de saúde da rede pública e privada chegam à exaustão para atender centenas de milhares de pessoas em jornadas de trabalho extenuantes, os felizes bilionários, donos dos planos de saúde, riem à toa.

Já os usuários de planos de saúde também não têm nada a comemorar. Pagam cada vez mais caro por serviços muitas vezes de baixa qualidade. E tantas outras vezes, ao procurar certos atendimentos e serviços, constata nas entrelinhas de seus contratos que o plano de saúde não cobre. Acabam tendo de recorrer ao SUS, à saúde pública a que 100% dos brasileiros têm direito.

Acompanhe alguns números, caro leitor. Os últimos dados globais disponíveis são de 2019. De acordo com a ANS, a Agência Nacional de Saúde Suplementar, em 2015 havia 49,3 milhões de usuários de planos de saúde privados, que arcaram com R\$ 2.846 em contribuição anual média. Atualizado pelo INPC, este valor chegava a R\$ 3.345 em dezembro de 2019. Em 2019, os usuários caíram para 47,1 milhões, e pagavam em média R\$ 4.405 per capita anuais.

Você já deve ter concluído que as anuidades dos planos de saúde subiram 31% acima da inflação entre 2015 e 2019. Bingo! Aí está a explicação para o enriquecimento dos dois bilionários da Revista Forbes e outros tantos donos dos planos de saúde e de hospitais. Para eles, saúde é um negócio muito lucrativo.

## **SUS faz mais por muito menos**

Em 2019 os planos de saúde privados arrecada-

ram R\$ 207,5 bilhões para atender 22% da população brasileira. Os outros 78% são atendidos exclusivamente pelo SUS, que utilizou naquele ano somente R\$ 292 bilhões em recursos públicos da União, estados e municípios para tratar da saúde da grande maioria.

Os custos per capita do SUS foram de R\$ 1.783 por habitante, considerando somente os usuários exclusivos da saúde pública. Os usuários da saúde privada gastaram quase 150% a mais, mas na hora de acessar serviços como transplantes, hemodiálises, vacinas, medicamentos de uso contínuo fornecidos pelas farmácias populares, coquetel para tratamento de aidéticos, dentre outros serviços, precisam recorrer ao SUS porque seus planos não cobrem.

A pandemia mostrou à população brasileira a importância do SUS para todos, do bilionário ao mais humilde morador da periferia. Duas instituições públicas vinculadas ao SUS – Instituto Butantan e Fiocruz – estão produzindo vacinas e pesquisando para produzir imunizante 100% nacional. E a grande maioria recorre aos hospitais públicos para conseguir manter os pulmões funcionando e sobreviver.

É consenso entre os especialistas que a saúde pública é subfinanciada. Estados e Municípios, mas principalmente a União, precisam aumentar os recursos destinados à saúde. Esta deve ser uma das maiores prioridades para o próximo governo, já que o atual só se preocupa em boicotar as iniciativas que procuram dar atendimento digno à população.

Se a saúde pública corrigir suas falhas e tiver recursos para atender com dignidade toda a população, ninguém precisaria pagar por um plano de saúde. Esta economia melhoraria consideravelmente o padrão de vida de muitas e muitas famílias.

O Estado deve tirar dinheiro de quem tem, como os donos dos planos de saúde que se enriquecem com a pandemia. O que depende de uma reforma tributária urgente, para desonerar artigos de consumo e rendimento do trabalho e onerar ganhos de capital, aplicações financeiras e as grandes propriedades, por exemplo.